

# Celesc não cumpre a Constituição

## Exemplo vivo da precarização na Tapesul

Os trabalhadores sempre lutaram por uma Celesc pública no entendimento que a instituição deva no mínimo cumprir a Constituição Federal em relação aos direitos fundamentais do cidadão como a dignidade humana, os valores sociais do trabalho, contribuir para erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais. São deveres do estado e obrigação das empresas, promovendo assim, uma sociedade justa e solidária.

O que se constata na Celesc com esta política neoliberal de terceirização é o contrário. O exemplo vivo da precarização do trabalho é o que está ocorrendo com os trabalhadores, que são contratados através de empresa interposta, a Tapesul. Esta empresa do Sul do estado está prestando serviço de poda e roçada na grande Florianópolis. Este trabalho é feito por

seis trabalhadores e o encarregado. Desde então a empresa não tem sede onde os trabalhadores possam guardar pa e se alimentar etc. Quando chove ficar seus pertences, trocar de roucam embaixo de marquise ou dentro do caminhão, um tratamento desumano. A fiscalização do serviço e da segurança, a cópia do contrato e o gestor deste, não conseguimos informação. Quando procuramos estes dados na empresa eles são obscuros, nulos. Até mesmo a empresa tem dificuldade em repassar estas informações.

Desde janeiro deste ano os trabalhadores da Tapesul em Florianópolis estão reclamando que recebem atrasado o salário e a comissão. A comissão do mês de abril não foi paga. O salário e a comissão do mês de maio também não foram pagos. Os trabalhadores reclamam que tem que ficar cobrando da empresa o que é de di-

reito, prometem e nada. Todo mês é este calvário. "Alívio seria ser demitido" diz um dos trabalhadores.

Esta é mais uma das histórias de precarização e superexploração de trabalhadores com o único objetivo de reduzir custos e aumentar dividendos dos acionistas. A empresa reconhece que um dos principais problemas de interrompimento do fornecimento de energia é a vegetação na rede. Também da forma como os trabalhadores são tratados o resultado só poderia ser o atual.

Exigimos da Celesc que faça cumprir a constituição, exigindo o pagamento da remuneração a estes trabalhadores e uma fiscalização rigorosa em relação a saúde e segurança destes trabalhadores pelos técnicos de segurança. Também é oportuno um relato do gestor do contrato sobre a prestação dos serviços pela Tapesul.

### **Eletrobras Eletrosul sofrerá ação Civil Pública do Ministério do Trabalho**

Ao riscar o chão e não aceitar a proposta de mediação do MPT sobre o decumprimento de acordo coletivo de trabalho Nacional e Específico denunciado pela Intersul, a empresa sofrerá ação civil pública promovida pelo Procurador do Trabalho Sandro Sardá.

Infelizmente, a Eletrobras-Eletrosul, uma empresa pública, mais uma vez será acionada judicialmente, o que demonstra a intransigência de uma direção que cada vez mais caracterizada pela prepotência e autoritarismo.

A Intersul lamenta.

## **TRACTEBEL**

### ***Duke e GDF Suez assinam acordo para negociar fusão***

A International Power GDF Suez e a Duke Energy assinaram um acordo de exclusividade na negociação dos ativos da empresa americana na América Latina. O negócio que está sendo costurado é uma possível fusão dos ativos das duas companhias na região que resultaria em uma geradora com mais de 15 mil MW de capacidade instalada e valor de mercado estimado em R\$ 30 bi. A Suez ficaria com uma participação de 60% a 70% na companhia resultante da união e a Duke Energy Internacional

com o restante, entre 30% e 40%. Segundo fontes próximas às negociações, não está ainda certo que os ativos da Tractebel façam parte desse acordo. A subsidiária do grupo europeu é a maior geradora privada do Brasil. A capacidade instalada de suas usinas soma cerca de 6 mil MW. A Duke informou por meio de assessoria de empresa que não comenta rumores de mercado. Os executivos da GDF Suez não estavam disponíveis até o fechamento desta edição. (Valor Econômico – 28.06.2011)

## **AGENDE-SE**

### ► **Seminário Internacional**

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e demais organizações do Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, do qual o Sinergia faz parte e tem dois trabalhadores integrantes neste curso, convidam todos à participar do Seminário Internacional sobre a questão da água na América Latina. O evento acontecerá na Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Ilha do Fundão nos dias 20 e 21 de julho.

## **Dresch critica projeto do governo que privatiza Casan**

*Deputado defende melhoria da gestão, aponta uso político da empresa e divisão dos lucros entre diretores*

O líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa, deputado Dirceu Dresch, refutou veementemente a iniciativa do Governo do Estado de colocar à venda 49% das ações da Companhia de Água e Saneamento (Casan).

Para executar o plano, o Executivo enviou à Assembleia projeto de lei para abertura de capital da estatal, acompanhado de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), em que desobriga a realização de prévia consulta popular mediante alteração de controle acionário. A mudança do inciso 4º do artigo 3º da Constituição mantém a necessidade de realização de plebiscito somente para a Celesc.

Na tribuna, o deputado argumentou que a participação acionária da iniciativa privada não significa mais investimentos ou qualificação dos serviços prestados. "Exemplo disso é a Celesc, que já passou pelo processo de abertura de capital e nem por isso melhorou o atendimento da demanda de energia no Estado, pelo contrário, a empresa está sucateada", disse.

**Leia reportagem  
especial na  
página central**

# Um banho de água fria no povo catarinense

**Governo Colombo usa de seu poder para entregar aos seus aliados a privatização da Casan**

Uma pergunta que necessita de uma urgente resposta para sustentar a Casan Pública, Gratuita e de Qualidade, é responder como pode um projeto aprovado por unanimidade na Assembleia de Santa Catarina a pouco mais de um ano ser objeto de revogação agora, autorizando a privatização da estatal. Os setores privatistas neoliberais estão sequiosos pelo lucro exponencial da empresa, por ser sustentável, rentável e que não precisa de mais investimentos. É uma estatal que cresceu devido ao seu investimento social e a à alta especulação dos últimos 10 anos em torno da água, que poderá ser a próxima fortuna após a decadência do petróleo.

Para entender como a venda da Casan foi planejada, é preciso voltar ao ano passado. A Emenda Constitucional (PEC), à Constituição do Estado de Santa Catarina, nº 52, artigo 40, abril de 2010, do deputado Gelson Merísio, do falido Democratas, foi aprovada por unanimidade, a suposta confirmação que a base governista do ex-governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) estava alinhada com a proteção temporária da Casan pública e forte.

Também no ano passado, o deputado estadual Pedro Uczai (PT), alterava o artigo 4, do parágrafo 13, em que assinava A alienação ou qualquer transferência do controle acionário da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. — Celesc, sua subsidiária Celesc Distribuição S.A. e Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. — Casan, dependerá obrigatoriamente de autorização legislativa com posterior consulta popular, sob forma de referendo”.

A população com estas emendas parlamentares garantiam que a Casan não fosse vendida autoritariamente, porém, isso foi apenas uma forma de garantir a estabilidade na sucessão da base do governo catarinense. O governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo (PSD), encaminhou projeto de lei, Mensagem 149/2011, mais projeto de emenda constitucional, Mensagem 150/2011, ambos à Assembleia de Santa Catarina, que estão atualmente em tramitação na Comissão de Justiça, para apreciação no dia 13 de setembro.

Com esta manobra, o governador assumiu totalmente a responsabilidade pela privatização da Casan, porém para ser concretizada, os deputados da base aliada terão que se contrair e até mesmo votar contra as suas próprias leis anteriormente aprovadas, o cúmulo e explícita forma antiética de governar, acobertada pelas frágeis leis da justiça sobre o poder.

Este ataque ao patrimônio público não pas-

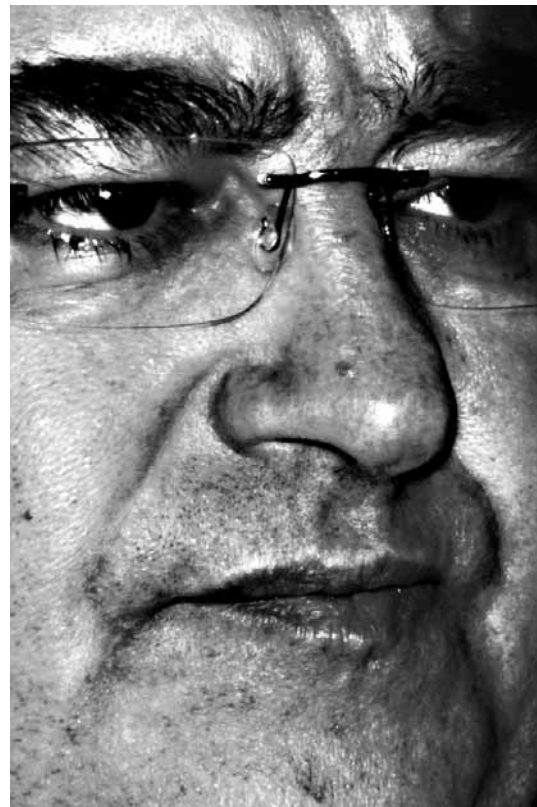
sa por nenhuma falha jurídica, pois Raimundo Colombo e sua base aliada na Assembleia estão atuando conforme a tramitação necessária, porém é uma afronta total ao papel fundamental do administrador público, que é fortalecer o Estado soberano e auto-sustentável, garantidor fiel das necessidades básicas do cidadão catarinense, ou seja, em quaisquer Estados do País. Assim começou o planejamento do desmanche acionário estatal da Casan.

## Uma privatização de faz de conta

Existe somente um único ponto de abuso total sobre a venda da Casan: ela será doada a compradores já selecionados. Essa imposição está dada no projeto de lei, Mensagem 150/2011, também de Raimundo Colombo, no artigo 5º, em que diz “Fica o Chefe do Poder Executivo (...) escolha de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, aprovação da remuneração dos administradores, emissão de ações e debêntures, aumento de capital, inclusive com capitalização de créditos ou bens de qualquer natureza, (...), alterações dos estatutos e reorganização societária da companhia.” Essa lei aparentemente inofensiva esconde os reais direcionamentos do governo.

Com a escolha de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, somente o governador irá decidir quem irá mandar e desmandar na Casan, diferente do que existe hoje, de uma administração dividida de forma equilibrada entre 65% de controle pelo Governo do Estado, 18% da SC Participações e Parcerias (SCPar), 2% da Codesc e 15% da Celesc. Já está na espera de ser convidado a ser o “sócio estratégico”, a construtora Odebrecht.

A aprovação da remuneração dos administradores quer dizer que Raimundo Colombo é quem irá decidir quanto cada um de seus diretores indicados irá ganhar; emissão de ações e debêntures, quer dizer que qualquer dívida, acrescida de juros e correção monetária, que seja adquirida pela Casan, será paga com os próprios bens da empresa, o que paulatinamente passa ao credor a posse das ações da Casan; o aumento de capital, inclusive com capitalização de créditos ou bens de qualquer natureza, significa que as verbas que forem investidas na Casan não precisarão ter justificadas a suas origens, abrindo brechas até mesmo para lavagem de dinheiro ilícito, já que a fonte é ignorada; a política de distribuição de dividendos, orçamento de capital, realização de investimentos, indicarão para onde serão investidos os lucros da Casan sem que haja quaisquer controle



público, sendo decisão exclusiva de Raimundo Colombo; por fim, a alteração dos estatutos e reorganização societária da companhia, colocam o governador com absoluto poder de mando e desmando, decidindo imperiosamente como controlar a empresa, apontando quem serão os administradores da Casan com poder de coerção.

## O povo do lado de fora da lei

A estratégia que começou no governo anterior de Luiz Henrique da Silveira (PMDB) somente irá ter um ponto final com a aprovação na Assembleia no dia 13 de setembro. Raimundo Colombo somente realizou este encaminamento agora, pois, seria muito desgastante ao governo passado levantar a bandeira da venda da Casan em ano de eleições. O mais importante foi dar continuidade ao governo com a sucessão de Raimundo Colombo, dando agora início à privatização da Casan e que ocorra o mais rápido possível, primeiro para não desgastar o governo para as eleições de 2012 e também, para fazer seu caixa de campanha, tendo em vista que com ações em mão de empresas privadas, estas poderão direcionar seus recursos para onde queiram, ou seja, seus padrinhos políticos.

A ferida mais sangrenta da operação de venda da Casan é a passagem do controle acionário da empresa aos acionistas privados, mesmo que eles sejam minoritários na empresa. Isso segue pela alteração do texto do artigo 13, parágrafo 4, do Projeto de Emenda Constitucional, Mensagem nº 150, tirando totalmente

a autorização da escolha da diretoria da Casan pelo acionista majoritário, excluindo a aprovação dos deputados da Assembleia Legislativa e posterior referendo, o voto do povo, concordando ou não com a privatização. Assim quem exclusivamente diz quem irá mandar na empresa é o governador Raimundo Colombo.

Isso quer dizer que quem agora decide se a Casan será ou não privatizada são os deputados estaduais, que no momento analisam o Projeto de Lei e a Emenda Constitucional na Comissão de Justiça. Dos 40 deputados da casa, 31 são da base aliada de Colombo, sendo somente necessários 27 votos para privatizar a estatal. Com isso, até quatro deputados da base aliada podem direcionar seus votos contra a privatização, maquiando a verdadeira intenção do governo, deputados estes que devem ser escolhidos pelo menor poder e influência em sua base eleitoral.

Raimundo Colombo deferirá quem controlará a Casan, somente após a aprovação dos deputados da base aliada e posterior processo de privatização, já com sua devidas indicações ao controle acionário, já previamente delimitadas pelo governador Raimundo Colombo e seus articuladores políticos.

Agora é o momento em que tramita na Assembleia Legislativa, na Comissão de Justiça, o Projeto de Lei e Emenda Constitucional em que irão dar de graça ao comprador a Casan, exatamente como foi a venda da Vale do Rio Doce, mineradora Estatal, tirada da população brasileira pela política neoliberal e serviço, produtora de ignorância, orquestrada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Assim, com este projeto de emenda constitucional, Raimundo Colombo e seus deputados da base aliada entregam o patrimônio público gratuitamente aos seus acionistas pré selecionados. Esta ilusão, que somente com a privatização da Casan será melhorada a qualidade do serviço e menor o preço ao consumidor, é devida a uma deterioração comum do poder público, intensamente divulgada principalmente pela mídia comercial.

## A bolsa de valores que esvazia o bolso do povo

Os sócios privatistas minoritários privados irão apenas manter a atual estrutura da Casan e simplesmente irão transferir os lucros para os seus cofres. Assim a estatal deixará de dar seu retorno social devido de uma empresa lucrativa a uma outra de fundamental responsabilidade social, porém, atualmente deficitária,

como por exemplo a educação básica e média pública do estado, atualmente em greve e com necessidades ignoradas.

A Casan possui um faturamento mensal de R\$ 45 milhões, com lucro no primeiro trimestre de 2011 de R\$ 11 milhões, levando água a praticamente 100% das 200 cidades conveniadas. A justificativa para a venda da Casan é trazer como sócia uma empresa bem sucedida, segundo afirma seu presidente Dalírio Beber. Não é a Casan que precisa vender seu patrimônio em busca de tecnologia ou estratégia de operação, mas sim ao contrário, exportar para todo o país a sua bem sucedida administração, já que é lucrativa e exemplo de eficiência. Na capital do Rio de Janeiro, não é possível tomar água da torneira, que é turva, diferente daqui de Santa Catarina, onde ainda se é possível usar a água para beber, cozinhar e banho.

Mas a bolsa de valores está de olho na água de Santa Catarina e do mundo. Com o projeto de privatização da Casan inicialmente de 35%, chegando até 49%, deixa ainda o controle da empresa ao governo do estado. No projeto de lei, Mensagem nº 149, artigo segundo, indica “A licitação, na modalidade leilão, será precedida de pré-qualificação dos licitantes interessados, podendo ser realizada em Bolsa de Valores e presidida pela Secretaria de Estado da Fazenda, com assessoramento da SC Participações e Parcerias S.A. — SCPar, por meio de Comissão Especial de Licitação.”

Com este texto a Casan terá seus compradores previamente escolhidos, também através da bolsa de valores, controlado exclusivamente pelo Governo do Estado, excluindo totalmente a população do destino da estatal. Sendo assim, as empresas privadas irão comprar a Casan, com até seus 49%, sendo os 51% do governo. No mesmo projeto de lei, no artigo quinto, existe uma palavra “emissão de ações e debêntures”, isso significa que as dívidas adquiridas após a privatização serão pagas não mais com o lucro da empresa, mas sim, com seu patrimônio, até o momento em que se esgotarem os 51% ações do governo do estado e acabar de vez com a Casan. Com esta “emissão de ações e debêntures” os acionistas privados poderão fazer as dívidas que quiserem, sem nenhuma justificativa, sendo exclusivamente pagas pelo patrimônio da empresa estatal.

Simplesmente, querem surrupiar a água do povo catarinense.

Por Leonardo Tolomini  
Jornalista (SC- 02672-JP)

Audiência Pública prova os riscos ao Estado do Mato Grosso do Sul das novas Políticas de Operação da Eletrosul



## A empresa apresenta uma política desastrosa, cujo principal interesse não é o bem estar da população, mas a obtenção de lucros

A audiência proposta pelo deputado estadual e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, Marquinhos Trad (PMDB), foi realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul no dia 22 de junho e contou com a participação de representantes da Intersindical dos Sindicatos dos Eletricistas do Sul do Brasil e Mato Grosso do Sul (INTERSUL), da Associação de Profissionais em Operação de Usinas e Subestações (APOUS), da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e de trabalhadores dos quatro estados brasileiros da área de atuação da Eletrosul. O foco da audiência foi discutir os riscos ao Estado do Mato Grosso do Sul das novas políticas de operação da Eletrosul

Lamentavelmente, a empresa mais uma vez, não se fez representar, deixando de prestar os esclarecimentos devidos ao povo Sul Mato-grossense.

Para o Deputado Estadual, Marquinhos Trai, a audiência deixou claro que a Política de Operação a ser implantada pela Eletrosul, terá efeitos negativos ao sistema de transmissão de energia elétrica do Estado do Mato Grosso do Sul, com uma visão de lucro sobrepondo-se ao interesse social. Também causará uma precarização dos serviços prestados e sobrecarregará operacionalmente as equipes gerando deficiência de qualidade.

Para o Presidente da FNU, Franklin Moreira Gonçalves, a desassistência trará graves consequências para o sistema elétrico nacional, além de causar o fechamento de postos de trabalho e o remanejamento de empregados. “A empresa apresenta uma política desastrosa, cujo principal interesse não é o bem estar da população, mas a obtenção de lucros”. Salientou também que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) divulgou, no mesmo dia, a multa aplicada à todas as empresas que tiveram envolvimento no apagão ocorrido em 10 de novembro de 2009, atingindo 18 Estados brasileiros. A causa principal da multa foi a demora na recomposição do setor interligado nacional. A política de operação anunciada pela Eletrosul é semelhante à aplicada pelas empresas multadas, o que acarretará nas mesmas consequências.

Para o representante da Intersul, Sergio Fonseca, a fragilização já existente em diversos sistemas de distribuição, agora passa a atingir o sistema de transmissão, com a política de operação da Eletrosul, com resultados ainda mais desastrosos para a população. Como são transmitidos grandes blocos de energia, as consequências serão ainda mais severas, pois atingirão regiões maiores e uma quantidade infinitamente maior de cidadãos. Salientou ainda a precarização das relações de trabalho, visto o descumprimento dos acordos coleti-

vos Nacional e Específico, sob mediação no Ministério Público do Trabalho.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC), Luiz Antônio Barbosa, ressaltou as inverdades das justificativas econômicas apresentadas pela empresa, com a política de operação, afirmando que a empresa criou um clima de desastre econômico, com o custo operacional da empresa, induzindo a culpa aos operadores. O que se verifica pelo balanço da empresa é: a queda no lucro foi ocasionada principalmente pela provisão para ativo não realizada da Usina de Passo de São João, na ordem de R\$ 135.000.000,00. Luiz Antônio Barbosa também ponderou que os Operadores, com sua eficiência profissional, contribuíram decisivamente na geração de receita para a Empresa, no caso do incremento de R\$ 100.100.000,00 na receita advinda do resultado da parcela variável.

O presidente da APOUS, Florivaldo Gonçalves Pires, demonstrou o descaço com a dimensão humana e desagregação familiar que essa política impõe, resultando na indignação dos Operadores e familiares contra a a imposta diretoria da Eletrosul.

Somando a essas manifestações, muitos participantes demonstraram sua contrariedade com a Nova Política de Operação, sendo no final aprovada uma moção de repúdio.

**TVFLORIPA**  
4 da NET e em  
www.tvfloripa.org.br

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC. Jornalista responsável: Leonardo Tolomini (SC- 02672/JP). Endereço: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



Brasília- Um grupo de parlamentares das comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara dos Deputados, visitou o italiano Cesare Battisti na penitenciária da Papuda. Nesta quarta-feira (18) o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá tomar a decisão final sobre a sua extradição Foto: José Cruz/ Abr

*Sobre intenso bombardeio de mentiras, Cesare Battisti é libertado e ganha novamente a esperança de viver*

# Enfim, liberdade a quem não temeu lutar pela liberdade

O guerrilheiro comunista italiano Cesare Battisti conseguiu condição de refugiado político no Brasil, desde janeiro de 2009. A mídia do país iniciou um bombardeio de provocações. Enquanto as manchetes acusavam, uma atrás das outras, que Battisti precisaria ser extraditado, a palavra refugiado foi se transformando em “terrorista” pelo monopólio da mídia.

Resistindo contra a ideologia capitalista, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu no Senado, dia 7 de junho, dia anterior ao julgamento de Battisti pelo Supremo Tribunal Federal, um posicionamento louvável à soltura de Battisti. Em seu discurso citou texto do professor inglês e advogado, Luiz Roberto Barroso, em artigo publicado pela revista “Veja”.

O artigo insinua em seu título, Vingadores de Humanistas, as motivações de texto anterior, publicado pelo médico penitenciário, psiquiatra e escritor inglês, Anthony Daniels, que

pede ao Supremo Tribunal Federal que entregue Battisti à Itália, onde cumpriria pena até a morte. O professor Luiz Roberto Barroso, analisando esta posição, declara que é “difícil entender por que um cidadão inglês sairia dos seus cuidados para tratar de tema que lhe é tão distante”.

Segundo Barroso, o texto manipulado pela revista “Veja” trata-se do mesmo tipo de matéria publicada em todos os meios de mass mídia, “uma peça publicitária e ideológica inspirada por um anticomunismo de 50 anos atrás que ainda elege Che Guevara como alvo.”.

O texto publicado em “Veja” diz que Cesare Battisti é um “terrorista” e “psicopata”! As duas afirmações fazem parte de uma campanha de perseguição, tardia e injusta feita pelo governo italiano, liderada por Sylvio Berlusconi, que visa promover interesses próprios, fugindo à lógica da justiça.

Battisti escreveu um livro onde “um dos personagens da trama de ficção

participava de crimes contra um agente penitenciário”. Para Anthony Daniels, autor do artigo contra Battisti, “a falta de remorso do personagem revela a psicopatia do autor!”. Detalhe, Anthony Daniels jamais viu ou conversou com Battisti. Fica nítido o uso ideológico capitalista e os interesses de uma classe que nada tem a ver com a justiça.

Personagem que também luta contra o mal uso do mass mídia, o portal de notícias UOL concedeu uma entrevista com Antonio Negri, professor de Filosofia da Universidade de Pádua (Itália) e do Colégio Internacional de Paris (França). Entre os anos 50 e 70, Negri participou dos movimentos de esquerda na Itália, lutando tanto contra a direita quanto o stalinismo. “Condenado por subversão, o filósofo voltou para a Itália em 1997 e cumpriu pena até 2003”.

Antonio Negri analisa, hoje, o governo italiano de direita, depois de 30 anos, retomou a perseguição de pessoas que se refugiaram no exterior

após o final dos anos 70. “O governo italiano retoma hoje uma campanha pela ‘recuperação’ destas pessoas”, afirma. Para ele, Battisti é o bode expiatório que resolveria dois problemas políticos no país: recuperaria “um assassino” e levaria ao esquecimento aquele que foi um Estado de Exceção e que permitiu a detenção e a prisão preventiva de milhares de pessoas.

A verdade é que Battisti tornou-se uma espécie de troféu para o governo italiano. Querem exibi-lo como uma conquista. Mas este esforço frenético capitalista não haver com os aspectos jurídicos, principalmente no que tange à extradição, negada quando houver riscos do extraditando sofrer qualquer espécie de violência ou discriminação.

O movimento de que Battisti participou e lutou por condições melhores, sofreu injustiças que eram impossíveis de suportar. O governo italiano age hoje de forma discriminatória e desigual, punindo a quem escolher.